

Alerta Legislação nº 51, de 17 a 22 dez. 2018
Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

**Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

- **LEI Nº 13.772, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018**
Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para reconhecer que a violação da intimidade da mulher configura violência doméstica e familiar e para criminalizar o registro não autorizado de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado.

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
21/12/2018	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 866, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Autoriza a criação da empresa pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. <u>LEI Nº 13.777, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Altera as Leis nºs <u>10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil)</u>, e <u>6.015, de 31 de dezembro de 1973</u> (Lei dos Registros Públicos), para dispor sobre o regime jurídico da multipropriedade e seu registro. <u>LEI Nº 13.775, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Dispõe sobre a emissão de duplicata sob a forma escritural; altera a <u>Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997</u>; e dá outras providências.
20/12/2018	<u>LEI Nº 13.774, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Altera a <u>Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992</u>, que "Organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus Serviços Auxiliares". <u>LEI Nº 13.772, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018</u> <u>Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006</u> (Lei Maria da Penha),

	e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para reconhecer que a violação da intimidade da mulher configura violência doméstica e familiar e para criminalizar o registro não autorizado de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado. <u>LEI Nº 13.771, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). <u>LEI Nº 13.770, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Altera as Leis nºs 9.656, de 3 de junho de 1998 (*), e 9.797, de 6 de maio de 1999 (**), para dispor sobre a cirurgia plástica reconstrutiva da mama em casos de mutilação decorrente de tratamento de câncer. (*) <i>Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.</i> (**) <i>Dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer.</i> <u>LEI Nº 13.769, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para estabelecer a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar da mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência e para disciplinar o regime de cumprimento de pena privativa de liberdade de condenadas na mesma situação.
Edição Extra 18/12/2018	<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 164, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 23 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (*) (Lei de Responsabilidade Fiscal), para vedar a aplicação de sanções a Município que ultrapasse o limite para a despesa total com pessoal nos casos de queda de receita que especifica. (*) <i>Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.</i> <u>LEI Nº 13.768, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República, dos Ministérios das Relações Exteriores e da Integração Nacional, de Encargos Financeiros da União, de Transferências aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e de Operações de Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 2.496.271.900,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>LEI Nº 13.767, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer. <u>LEI Nº 13.766, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Inscreve o nome de Juscelino Kubitschek de Oliveira no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

	<u>DECRETO Nº 9.618, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Declara de interesse público e social o acervo documental privado do Instituto de Arqueologia Brasileira. <u>DECRETO Nº 9.617, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Revoga o Decreto nº 7.274, de 25 de agosto de 2010, que dispõe sobre a Política de Ensino de Defesa.
18/12/2018	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 864, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Dispõe sobre a transferência de recursos financeiros pela União ao Estado de Roraima para auxiliar nas ações relativas à intervenção federal, com o objetivo de pôr termo a grave comprometimento da ordem pública. <u>DECRETO Nº 9.616, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Altera o Decreto nº 7.382, de 2 de dezembro de 2010 que regulamenta os Capítulos I a VI e VIII da Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição, e sobre as atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural. <u>DECRETO Nº 9.614, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Altera o Decreto nº 9.328, de 3 de abril de 2018, que institui a Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa. <u>DECRETO Nº 9.613, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Revoga o Decreto nº 899, de 17 de agosto de 1993 (1), o Decreto nº 996, de 30 de novembro de 1993 (2), o Decreto nº 997, de 30 de novembro de 1993 (3), o Decreto nº 1.118, de 22 de abril de 1994 (4), e o Decreto nº 1.275, de 13 de outubro de 1994 (5), que dispõem sobre a criação de Zonas de Processamento de Exportação. (1) Dispõe sobre a Zona de Processamento de Exportação de São Luís, no Estado do Maranhão. (2) Cria a Zona de Processamento de Exportação - ZPE de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul. (3) Cria a Zona de Processamento de Exportação - ZPE de Corumbá, no Estado do Mato Grosso do Sul. (4) Cria a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Vila Velha, no Estado do Espírito Santo. (5) Dispõe sobre a Zona de Processamento de Exportação - ZPE de João Pessoa, no Estado da Paraíba. <u>DECRETO Nº 9.612, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Dispõe sobre políticas públicas de telecomunicações.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 93, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Dispõe sobre o processo de seleção das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 81, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018</u> (...) Art. 1º Aprovar o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade e os Procedimentos para uso na Alimentação Animal de Coprodutos da Indústria da alimentação Humana e a Animal, na forma desta Instrução Normativa e dos seus Anexos I e II. (...) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 79, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2018</u> (...) Art. 1º Ficam aprovados os procedimentos de inspeção ante e post mortem de suínos com base em risco na forma desta Instrução Normativa. (...) SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA (SDA) <u>PORTARIA Nº 171, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Informa sobre a intensão de proibição de uso de antimicrobianos com a finalidade de aditivos melhoradores de desempenho de alimentos e abre prazo manifestação. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 58, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018</u> (...) Art. 1º Fica estabelecido o controle microbiológico em carcaça de suínos e em carcaça e carne de bovinos em abatedouros frigoríficos, registrados no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA), com objetivo de avaliar a higiene do processo e reduzir a prevalência de agentes patogênicos, na forma desta Instrução Normativa e dos seus Anexos. (...) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2018</u> (...) Art. 1º A Instrução Normativa nº 35, de 11 de setembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 32. As notificações de receitas veterinárias e as notificações de aquisição por Médico Veterinário impressas conforme os modelos estabelecidos nos Anexos II e III desta Instrução Normativa permanecem válidas até 31 de julho de 2019. (...)"
Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.387, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Divulga os resultados finais do Censo Escolar da Educação Básica de 2018. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE) <u>RESOLUÇÃO Nº 4, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017. → Câmara de Educação Superior (CES) <u>RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018</u>

	Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e da outras providências. <u>RESOLUÇÃO Nº 6, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018(*)</u> Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências. <i>(*) N. da Coejo: Republicada por ter saído, no DOU de 18-12-2018, Seção 1, pág. 122, com incorreção</i> FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) <u>RESOLUÇÃO Nº 25, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Estabelece orientações, critérios e procedimentos para a utilização dos saldos financeiros nas contas dos estados, dos municípios e do Distrito Federal transferidos no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado na manutenção de novas turmas de alfabetização na Educação de Jovens e Adultos e altera a Resolução CD/FNDE nº 9, de 16 de dezembro de 2016.
Ministério da Fazenda (MF)	BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) <u>RESOLUÇÃO Nº 4.701, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Ajusta as normas do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.857, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Altera as Instruções Normativas SRF nº 241, de 6 de novembro de 2002, que dispõe sobre o regime especial de entreposto aduaneiro na importação e na exportação, e RFB nº 863, de 17 de julho de 2008, que dispõe sobre o regime aduaneiro especial de loja franca.
Ministério da Saúde (MS)	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) → Gerência-geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 3.340, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão cautelar da importação, comercialização e utilização dos produtos: CUI Implante Mamário de superfície Texturizada Allergan, (registro nº. 80143600099); Natrelle Implante Mamário Texturizado Allergan (registro nº. 80143600100); Natrelle Implante Mamário Texturizado Duplo Lúmen e Acessórios Allergan (registro nº. 80143600102) e BRST Implante Mamário Texturizado Allergan (registro nº. 80143600107) da empresa Allergan Produtos Farmacêuticos Ltda, CNPJ: 43.426.626/0001-77, até que seja finalizada a investigação quanto a segurança da continuidade da comercialização dos produtos listados. (...)

	<u>RESOLUÇÃO-RE Nº 3.422, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2018</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão, em todo o território nacional, da distribuição, comercialização e uso do lote 555472A do medicamento Ésio (Esomeprazol sódico), fabricado em 04/2018 e validade em 04/2020, pela empresa Eurofarma Laboratorios SA (CNPJ: 61.190.096/0001-92) (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 3.385, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018</u> (...) Art. 1º Proibir, em todo território nacional, a comercialização e a distribuição do lote nº N17A040 do produto Alimento em Pó para o Preparo de Dietas com Restrição de Fenilalanina, marca CONTROL PKU PLUS 2 - FBM Farma, validade 12/2019, fabricado por F.B.M. Indústria Farmacêutica LTDA, CNPJ nº 02.060.549/0001-05, localizada na Rua Vp 3D, S/N, Quadra 08-B, Mód. 09/21, Distrito Agroindustrial de Anápolis, Anápolis - GO, CEP 75132-095. (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 3.332, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018 (*)</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da importação dos medicamentos Artelac®; Epitegel®; Liposic® e Vidisic®, pela empresa BL Indústria Ótica Ltda., CNPJ: 27.011.022/0001-03 e a suspensão da distribuição, comercialização, uso e o recolhimento do lote 847 do produto Epitegel®, data de fabricação 06/06/2017, data de validade 05/2019, fabricado pela mesma empresa. (...)
Ministério das Cidades (MCidades)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 37, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Altera a Instrução Normativa nº 39, de 24 de outubro de 2012, que regulamenta os procedimentos e as disposições relativos às operações de crédito no âmbito do Programa Saneamento para Todos - Mutuários Públicos. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 36, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Infraestrutura Urbana, especificamente do Programa de Desenvolvimento Urbano - PróCidades, para o exercício de 2019.
Ministério do Desenvolvimento Social	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 98, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Dispõe sobre as regras para implantação do programa de gestão, no regime de teletrabalho, a título de experiência-piloto.
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 463, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira ou Áreas

	Prioritárias para a Biodiversidade. <u>PORTARIA Nº 461, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Aprova a relação dos municípios abrangidos pela faixa terrestre da Zona Costeira brasileira. CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CNRH) <u>RESOLUÇÃO Nº 202, DE 28 DE JUNHO DE 2018</u> Estabelece diretrizes para a gestão integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneos que contemplem a articulação entre a União, os Estados e o Distrito Federal com vistas ao fortalecimento dessa gestão. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 26, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018</u> (...) Art. 1º Estabelecer os parâmetros e procedimentos para monitoramento ambiental da aplicação de dispersantes químicos no mar, conforme definido na Resolução CONAMA 472/2015. (...) INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio) <u>PORTARIA Nº 1.111, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Altera a Portaria nº 262 de 10 de dezembro de 2013 que estabelece normas e procedimentos para o credenciamento e autorização dos serviços de condução de visitantes a pé em trilhas e transporte de visitantes em veículos automotores no Parque Nacional da Serra da Canastra. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 21, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Disciplina os procedimentos para a elaboração, aprovação, publicação, implementação, monitoria, avaliação e revisão de Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção. Processo SEI n.º 02070.005340/2018-66.
Ministério do Turismo (MTur)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 185, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Valida as metas, diretrizes, linhas de atuação e respectivas iniciativas que compõem o Plano Nacional de Turismo 2018-2022 lançado em 27 de março de 2018, a ser aprovado pelo Presidente da República. <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 182, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Institui o Código de Conduta destinado à proteção e ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO

PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
22/12/2018	<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.335, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Dispõe sobre a extinção do Centro de Convivência Infantil do Tribunal de Contas do Estado, extingue e cria cargos e dá outras providências <u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.334, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Cria cargos no Quadro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e dá outras providências <u>LEI Nº 16.894, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018</u> (Projeto de lei nº 582, de 2018, do Deputado Campos Machado – PTB) Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Incentivo à Demissão Voluntária – PIDV destinado exclusivamente aos servidores públicos estáveis, nos termos do disposto no artigo 18 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado <u>LEI Nº 16.890, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018</u> (Projeto de lei nº 903, de 2017, dos Deputados Coronel Camilo – PSD, Aldo Demarchi – DEM e Itamar Borges – MDB) Cria o Programa Lições de Ética e Cidadania nos ensinos fundamental e médio das redes pública e privada de ensino no Estado <u>LEI Nº 16.887, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018</u> (Projeto de lei nº 787, de 2017 do Deputado Estevão Galvão – DEM) Isenta do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) os produtos que especifica e dá providências correlatas <u>LEI Nº 16.886, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018</u> (Projeto de lei nº 1638, de 2015 do Deputado Milton Vieira – PSD) Acrescenta dispositivo ao artigo 4º da <u>Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989</u>, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) <u>LEI Nº 16.885, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018</u> (Projeto de lei nº 517, de 2011 da Deputada Maria Lúcia Amary – PSDB) Institui o Programa de Assistência Básica em Reprodução Humana e dá providências correlatas <u>LEI Nº 16.884, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2019 <u>VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 56, DE 2018</u> (...) De iniciativa do Tribunal de Contas, a propositura prevê, entre outras medidas, a extinção de 27 (vinte e sete) cargos, sendo 5 (cinco) deles desde a conversão do projeto em lei e 22 (vinte e dois) quando da vacância, bem como a criação de 21 (vinte um) cargos de provimento em comissão

	(...) <u>DECRETO Nº 64.007, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Transfere os cargos que especifica e dá providências correlatas
21/12/2018	<u>DECRETO Nº 63.989, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Dispõe sobre a admissão na Ordem do Ipiranga <u>DECRETO Nº 63.988, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Institui a Medalha "Patrono do Comando de Policiamento do Interior Três - Coronel PM Paulo Monte Serrat Filho", da Polícia Militar do Estado de São Paulo e dá providências correlatas
20/12/2018	<u>DECRETO Nº 63.979, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Institui e disciplina sistema de pontuação diferenciada para pretos, pardos e indígenas em concursos públicos destinados à investidura em cargos e empregos no âmbito do serviço público paulista, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15 de janeiro de 2015, e dá providências correlatas <u>LEI Nº 16.877, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Autoriza o Poder Executivo a extinguir o Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo – IPESP, e dá providências correlatas
19/12/2018	<u>DECRETO Nº 63.978, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Transfere os cargos que especifica e dá providências correlatas
18/12/2018	<u>DECRETO Nº 63.942, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Dispõe sobre a concessão da Medalha dos Bandeirantes <u>DECRETO Nº 63.934, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Da nova redação a dispositivos que especifica do Decreto nº 62.294, de 6 de dezembro de 2016, que autoriza a Secretaria da Educação a representar o Estado na celebração de termos de colaboração, com organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, atuantes em educação especial <u>DECRETO Nº 63.933, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Autoriza a Secretaria da Educação a representar o Estado na celebração de termos de colaboração, com organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, atuantes em educação especial, selecionadas por chamamento público ou previamente credenciadas pela Pasta e dá providências correlatas <u>LEI Nº 16.876, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Altera a Lei nº 12.685, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo <u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.333, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018</u> (Projeto de lei complementar nº 57, de 2018, do Deputado Gilmar Gimenes – PSDB) Dispõe sobre o sistema de Educação Profissional e Tecnológica do Estado, e dá outras providências

SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Agricultura e Abastecimento (SAA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAA - 61, DE 21-12-2018</u> Institui o Programa de Agrotóxicos e Afins de uso agrícola no estado de São Paulo <u>RESOLUÇÃO SAA - 60, DE 21-12-2018</u> Institui o Programa Estadual de Análise de Resíduos de Agrotóxicos e Afins de uso agrícola em produtos de origem vegetal no estado de São Paulo <u>RESOLUÇÃO SAA - 59, DE 21-12-2018</u> Aprova as normas e os procedimentos para o monitoramento da cadeia produtiva do agrotóxico e afins de uso agrícola
Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI)	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS) <u>DELIBERAÇÃO CEETEPS 45, DE 13-12-2018</u> Altera os dispositivos da Deliberação CEETEPS – 3, de 30-05-2008, que dispõe sobre a reorganização da Administração Central do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS, revoga as Deliberações CEETEPS 06 de 25-11-2010 e a Deliberação CEETEPS 14 de 13-04-2015 nas suas integralidade, e dá providências correlatas.
Desenvolvimento Social (SEDS)	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CONSEAS) <u>DELIBERAÇÃO CONSEAS/SP - 24 DE 18-12-2018</u> Dispõe sobre o Pleito Eleitoral 2019 Para a Escolha de Representantes da Sociedade Civil no Conseas/SP
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO, DE 22-12-2018</u> Homologando, com fundamento no artigo 9º da Lei 10.403, de 6-7-1971, Deliberação CEE 165/2018, que "Aprova o Plano de Aplicação de Recursos da Quota Estadual do Salário - Educação - Ano de 2019". <u>RESOLUÇÃO SE 86, DE 21-12-2018</u> Dispõe sobre providências a serem adotadas pelas Diretorias de Ensino no Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município para Atendimento do Ensino Fundamental <u>RESOLUÇÃO SE 83, DE 17-12-2018</u> Altera a Resolução SE 44, de 13-8-2014, que dispõe sobre a organização e funcionamento dos Centros de Estudos de Línguas - CELs <u>RESOLUÇÃO SE 82, DE 17-12-2018</u> Dispõe sobre a organização curricular do Ensino Médio integrado à Educação Profissional Técnica

	de Nível Médio <u>RESOLUÇÃO SE 81, DE 17-12-2018</u> Altera a Resolução SE 76, de 28-12-2017, que dispõe sobre a instalação de Salas e Ambientes de Leitura nas escolas da rede pública estadual
Energia e Mineração (SEM)	AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP) <u>DELIBERAÇÃO ARSESP 846, DE 20-12-2018</u> Estabelece os Procedimentos de Comunicação de Incidentes e de Programação de Interrupções nos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário <u>DELIBERAÇÃO ARSESP 845, DE 19-12-2018</u> Dispõe sobre o cálculo, a cobrança e os procedimentos para o recolhimento à ARSESP, pela Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS, da Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização – TRCF, instituída pela Lei Complementar 1025, de 7 de dezembro de 2007, relativa ao exercício de 2019
Fazenda (SF)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF 135, DE 21-12-2018</u> Divulga o valor da Receita Corrente Líquida acumulada de novembro de 2017 a outubro de 2018 <u>RESOLUÇÃO SF - 134, DE 21-12-2018</u> O Secretário da Fazenda, à vista do disposto no artigo 5º da Resolução SF 08, de 19-01-2018, faz publicar o índice de variação nominal da arrecadação e o valor unitário da quota (...) <u>RESOLUÇÃO SF 132, DE 20-12-2018</u> Dispõe sobre o sorteio de prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo <u>RESOLUÇÃO SF 132, DE 20-12-2018</u> Dispõe sobre o sorteio de prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo <u>RESOLUÇÃO SF/APE 558, DE 17-12-2018</u> Dispõe sobre índices de reajustes de preços de contratos de serviços conforme o disposto no Decreto Estadual 48.326 de 12-12-03 e Resolução da Casa Civil 79 de 12-12-03 <u>RESOLUÇÃO SF/APE 559, DE 17-12-2018</u> O Secretário da Fazenda aprova os índices e observações do Comunicado 683 da Assessoria de Política Econômica de 17-12-2018, que fazem parte integrante desta Resolução. <u>RESOLUÇÃO SF 131, DE 17-12-2018</u> Dispõe sobre o sorteio de prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo <u>RESOLUÇÃO SF 130, DE 17-12-2018</u> Disciplina, no âmbito da Secretaria da Fazenda, o pagamento de

	débito fiscal relativo ao IPVA, bem como de outros débitos relativos a veículo automotor, não inscritos na dívida ativa, por meio de cartão de crédito ou débito e o credenciamento de empresas para a operacionalização do referido pagamento COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF) <u>COMUNICADO CAF-G - 23, DE 18-12-2018</u> Divulga a quota-parte municipal do ICMS e do Fundo de Exportação dos recursos previstos no artigo 159, II da Constituição Federal, do mês de novembro de 2018 → Contadoria Geral do Estado (CGA) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA CGE 00004/2018, DE 19-12-2018</u> Dispõe sobre os princípios e procedimentos de reconhecimento e mensuração dos Contratos de Parceria Público Privada - PPP no sistema de contabilidade do Estado de São Paulo SÃO PAULO PREVIDÊNCIA (SPPREV) <u>COMUNICADO SPPREV DBS 3, DE 20-12-2018</u> A São Paulo Previdência, considerando as Instruções 02/2016, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, publicado no D. O. em 01-12-2017, alertando todos os jurisdicionados das esferas estadual e municipal acerca das alterações promovidas nos Termos de Ciência e Notificação de que tratam os anexos números 1 e 2 expede o presente comunicado através do Diretor de Benefícios Servidores Públicos, reforçando a necessidade de adequação destes documentos, utilizados na concessão de aposentadoria e pensão, os quais devem ser preenchidos obrigatoriamente segundo a nova orientação desta Corte de Contas. Os modelos anexos que acompanham a presente publicação também estarão disponíveis no endereço eletrônico da SPPREV (www.spprev.sp.gov.br). O novo modelo de Termo de Ciência e Notificação será obrigatório para todos os pedidos protocolados a partir de 01-01-2019. ANEXO I TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO (APOSENTADORIA) (...)
Governo (SG)	CASA MILITAR (CMil) <u>RESOLUÇÃO CMIL 4-640 – SEDA, DE 4-12-2018</u> Dispõe sobre o uniforme dos integrantes do Sistema Estadual de Defesa dos Animais Domésticos IMPrensa Oficial do Estado S/A (IMESP) <u>PORTARIA IMESP-37, DE 20-12-2018</u> (...) Artigo 1º – Conceder desconto de 40% para aquisição de livros na Livraria XV de Novembro e na Livraria Virtual da Imprensa Oficial aos servidores públicos do Poder Judiciário e Ministério Público do Estado de São Paulo (...)
Justiça e Defesa da Cidadania (SJDC)	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONDECA) <u>DELIBERAÇÃO CONDECA - 9, DE 18-12-2018</u> Delibera sobre a destinação de recursos oriundos do imposto de

	renda de pessoas físicas e jurídicas ao Fundo da Criança e do Adolescente do Estado de São Paulo - FEDCA
Meio Ambiente (SMA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SMA 189, DE 20-12-2018</u> Estabelece critérios e procedimentos para exploração sustentável de espécies nativas do Brasil no Estado de São Paulo <u>RESOLUÇÃO SMA - 188, DE 19-12-2018</u> Dispõe sobre a definição de diretriz de educação ambiental na indução de políticas públicas em meio ambiente junto aos Municípios <u>RESOLUÇÃO SMA - 187, DE 19-12-2018</u> Dispõe sobre a definição das linhas de atuação e princípios gerais para ações de educação ambiental no Sistema Ambiental Paulista COORDENADORIA DE BIODIVERSIDADE E RECURSOS NATURAIS (CBRN) <u>PORTARIA CBRN - 14, DE 20-12-2018</u> Estabelece os procedimentos para a transferência e o transporte interestadual de animais entre empreendimentos de uso e manejo de fauna silvestre e para o transporte de animais quando da venda ao consumidor final oriundos de empreendimentos comerciais autorizados <u>PORTARIA CBRN 13, DE 19-12-2018</u> Estabelece os procedimentos para a análise, no âmbito da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais - CBRN, de Cadastros Ambientais Rurais – CARs de imóveis rurais situados no Estado de São Paulo, com vistas à sua adequação ambiental, assim como para o acompanhamento das ações necessárias a esta finalidade (...) <u>PORTARIA CBRN - 12, DE 17-12-2018</u> Estabelece, no âmbito do Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Estado de São Paulo -SICARSP, procedimentos referentes ao mecanismo de regularização da Reserva Legal de imóveis rurais mediante compensação por meio de alienação ao Poder Público de área localizada no interior de Unidade de Conservação de domínio público pendentes de regularização fundiária, sob a gestão de órgãos da Administração Direta ou de entidades da Administração Indireta do Estado de São Paulo
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO (GPG) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA PGE/COR 02, DE 20-12-2018</u> Dá nova redação às Disposições Transitórias da Resolução Conjunta PGE/COR 01, de 17-12-2018 <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA PGE/COR 01, DE 17-12-2018</u> Confere nova disciplina à atividade de árbitro desempenhada por Procuradores do Estado em procedimento arbitral regido pela Lei Federal 9.307/1996

Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO - 23, DE 17-12-2018</u> Dispõe sobre a designação de Especialista Ambiental do QSSRH para exercer as atribuições do cargo junto à Secretaria Executiva do Comitê de Bacia Hidrográfica que especifica e dá outras providências CONSELHO DE ORIENTAÇÃO DO FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (COFEHIDRO) <u>DELIBERAÇÃO COFEHIDRO 199, DE 19-12-2018</u> (...) Artigo 1º - O Programa de Fiscalização Continuado - PROFISC-DAEE, consubstanciado na proposta constante do Anexo a esta Deliberação, fica classificado como "programa especial de interesse público" para efeito de financiamento pelo FEHIDRO (...) <u>DELIBERAÇÃO COFEHIDRO 198, DE 19-12-2018</u> Ratifica a proposta orçamentária para o ano de 2019 CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CRH) <u>DELIBERAÇÃO CRH - 219, DE 19-12-2018</u> Referenda a proposta dos mecanismos e valores para a cobrança pelos usos urbanos e industriais dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, no âmbito da UGRHI 03, Litoral Norte, contida na Deliberação CBH-LN 194, de 14-12-2018
Saúde (SS)	COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO DE SAÚDE (CPS) <u>DELIBERAÇÃO DE 21-12-2018</u> (...) NOTA TÉCNICA CIB DIRETRIZES PARA O PLANEJAMENTO REGIONAL INTEGRADO (PRI) PLANO REGIONAL (...)
Segurança Pública (SSP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SSP-122, DE 20-12-2018</u> Fixa o valor a ser pago a quem fornecer informações válidas para identificação dos envolvidos no homicídio do Cabo PM Nilson Mikio Furuta Junior
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
22/12/2018	SUPLEMENTO <u>LEI Nº 16.884, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2019
21/12/2018	LEIS ORDINÁRIAS <u>LEI Nº 16.883, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018</u> (Projeto de lei nº 158, de 2016, do Deputado Enio Tatto – PT) Institui o Serviço Especial Gratuito de Transporte para tratamento de

	saúde para pessoas com câncer no Estado DOE, Legislativo, 21/12/2018, p. 3 <u>LEI Nº 16.882, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018</u> (Projeto de lei nº 226, de 2016, do Deputado Carlão Pignatari – PSDB) Altera a Lei nº 10.938, de 19 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Política Estadual de Medicamentos. DOE, Legislativo, 21/12/2018, p. 3 <u>LEI Nº 16.881, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018</u> (Projeto de lei nº 718, de 2017, do Deputado Jorge Caruso – PMDB) Altera a Lei nº 12.685, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 21/12/2018, p. 3 <u>LEI Nº 16.880, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018</u> (Projeto de lei nº 879, de 2017, do Deputado Gilmar Gimenes – PP) Autoriza o Governo do Estado a utilizar e ceder os ônibus escolares no período de férias escolares para atividades culturais e desportivas. DOE, Legislativo, 21/12/2018, p. 3 <u>LEI Nº 16.879, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018</u> (Projeto de lei nº 891, de 2015, do Deputado Geraldo Cruz – PT) Dispõe sobre a aprovação de loteamentos para fins urbanos com controle de acesso, e dá outras providências. DOE, Legislativo, 21/12/2018, p. 3 <u>LEI Nº 16.878, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018</u> (Projeto de lei nº 1059, de 2017, da Deputada Beth Sáhão – PT) Estabelece mensagens educativas sobre o uso indevido de álcool e drogas em shows, eventos culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil, e nos respectivos ingressos DOE, Legislativo, 21/12/2018, p. 3
20/12/2018	TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) COMUNICADOS COMUNICADO SDG Nº 040/2018 O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Considerando que o valor de remessa das informações de licitações, contratos e execução contratual, captados na Fase IV do Sistema AUDESP, está sendo gradualmente reduzido, fato que irá aumentar significativamente o volume de dados que estão sendo coletados por este Tribunal; e Considerando a necessidade de conceder aos órgãos jurisdicionados o tempo suficiente para concluir as manutenções em seus sistemas, com objetivo de viabilizar a remessa eletrônica das informações a esta Corte de Contas; Torna público aos órgãos jurisdicionados as alterações efetuadas nos critérios de remessa das informações de licitações, contratos e execução contratual, coletadas na Fase IV do Sistema AUDESP, previstos no Comunicado SDG 16/2017. Dúvidas e esclarecimentos sobre a Fase IV – Licitações e Ajustes do Sistema AUDESP deverão ser encaminhados pelo canal “Fale Conosco”, disponível na página http://www4.tce.sp.gov.br/audesp/.

	(...) DOE, Legislativo, 20/12/2018, p. 8
19/12/2018	TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL ORDEM DE SERVIÇO SDG Nº 01/2018 O Secretário-Diretor Geral, na forma do disposto no artigo 13 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993 e com fundamento no artigo 212, inciso II, alínea "c", do Regimento Interno; RESOLVE baixar a seguinte Ordem de Serviço: I- Ficam invertidas as áreas de subordinação de DSF-I e DSF-II, mantidas todas as demais disposições da O.S. nº 1, de 2011; II- Esta Ordem de Serviço entra em vigor a partir de 1º de fevereiro de 2019. SDG, 18 de dezembro de 2018 Sérgio Ciquera Rossi SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL DOE, Legislativo, 19/12/2018, p. 22
18/12/2018	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 746, DE 2018</u> Dispõe sobre a gratuidade do reconhecimento voluntário da paternidade perante os oficiais de registro civil das pessoas naturais DOE, Legislativo, 18/12/2018, p. 4
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
21/12/2018	<u>LEI Nº 17.019, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018</u> (PROJETO DE LEI Nº 356/18, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO) Confere nova redação ao § 1º do art. 1º da Lei nº 13.858, de 25 de junho de 2004, para o fim de revalorizar a Gratificação por Assistência Militar, devida aos Policiais Militares do Estado de São Paulo que prestam serviços na Assessoria Policial-Militar da Prefeitura do Município de São Paulo (...) <u>DECRETO Nº 58.584, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Regulamenta as Leis nº 12.490, de 3 de outubro de 1997, nº 12.632, de 6 de maio de 1998, nº 14.751, de 28 de maio de 2008 e nº 16.813, de 1º de fevereiro de 2018, aplicáveis ao Rodízio Municipal, no âmbito do Município de São Paulo.
20/12/2018	<u>DECRETO Nº 58.578, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Altera a Tabela integrante do Decreto nº 58.049, de 22 de dezembro de 2017, que fixa o valor dos preços de serviços prestados por Unidades da Prefeitura do Município de São Paulo. <u>DECRETO Nº 58.577, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Acresce o § 4º ao artigo 3º do Decreto nº 58.323, de 16 de julho de

	2018, que dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Comitê Gestor do Programa de Acompanhamento da Substituição de Frota por Alternativas Mais Limpas.
--	---

Obs.: Caso algum <i>link</i> não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço:http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx
--

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor solicitar cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107